

EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES.

Distance Higher Education: Challenges, Prospects and Possibilities.

Luís Carlos Ribeiro Alves¹

Recebido em 29/04/2015; aceito em 10/06/2016

Resumo: O artigo se propõe a analisar e discutir alguns desafios da educação superior brasileira a partir do advento da EAD, por meio de revisão bibliográfica acerca da temática e aproveitando de contribuições de diversos autores, dentre eles, Juan Carlos Tedesco (2004) Maria Suzana Arrosa Soares (2002) e Marília Costa Morosini (2000), bem como referências dos Ministérios da Educação e de Ciências e Tecnologia. Apresenta um breve histórico da educação superior no Brasil até o surgimento dos cursos a distância. É uma reflexão sobre a construção da educação superior no Brasil, aproveitando-se de vários estudos já produzidos. Aponta alguns desafios a ser enfrentados pela EAD, bem como perspectivas e possibilidades que se mostram.

Palavras-chave: Desafios; EAD; educação superior; formação; perspectivas.

Abstract: The article aims to analyze and discuss some challenges of Brazilian higher education since the advent of distance learning through literature review on the topic and taking advantage of contributions from several authors, among them Juan Carlos Tedesco (2004) Maria Suzana Soares Arrosa (2002) and Marília Costa Morosini (2000), as well as referrals from the Ministries of Education and Science and Technology. It presents a brief history of higher education in Brazil until the emergence of distance courses. It is a reflection on the construction of higher education in Brazil, taking advantage of several studies already produced. Points out some challenges to be faced by ODL, as well as perspectives and possibilities that show

Words key: Challenges; EAD; Higher Education; perspectives; training.

¹ Professor da rede estadual do Ceará e de vários Institutos de Ensino Superior, atualmente na função de Assessor Técnico na Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (2ª CREDE - Itapipoca) ; Mestrando em Educação - USAL (Arg). Especialista em Ensino de Filosofia, em Ensino de Geografia e História e em Docência do Ensino Superior. Autor do Livro: Consciência e Subjetividade em Jean-Paul Sartre, Clube de autores, 2013. Contato: l.c.ribeiro.alves@hotmail.com

Introdução:

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir a evolução da Educação Superior em nosso país, com ênfase na educação a distância – a EAD, que vem ganhando cada vez mais espaço na oferta das Universidades públicas e privadas em nosso país, sobretudo no que concerne a formação de professores e professoras. Esta é uma situação que exige muito cuidado no que se refere a uma análise criteriosa do mesmo. Será que esses cursos realmente atendem as necessidades que os futuros profissionais têm em relação à realidade em que irão atuar profissionalmente?

O artigo se divide em três partes, inicialmente procura analisar a linha do tempo da Educação superior no Brasil, destacando os principais elementos para que chegássemos ao nível atual de organização da educação superior; enfatizando os diversos papéis e responsabilidades da mesma, bem como, os desafios, as perspectivas e principais tendências para o Ensino Superior no Brasil no século XXI, destacando as possibilidades, sobretudo no que concerne a Educação a Distância, que vem se mostrando elemento fundamental na formação dos profissionais das mais diversas áreas de atuação, bem como de forma crucial nas diversas profissões do século XXI², integrando muitas vezes o ensino presencial ao ensino a distância como forma de interação entre docentes e discentes e destes últimos entre si, considerando os diversos desafios encontrados no mercado de trabalho.

Em nossa análise abordaremos, sobretudo os documentos oficiais a respeito da educação superior, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que trata de forma extremamente breve a educação superior e seus papéis na sociedade, até os documentos próprios do Sistema de Avaliação da Educação Superior – o SINAES com foco na educação superior a distância, seus desafios, perspectivas e possibilidades.

Para dar fundamentação a nossa pesquisa nos apoiamos em algumas obras que consideramos referenciais acerca da referida temática, tais como *Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza?* Organizado por Juan Carlos Tedesco, bem como as obras *A educação Superior no Brasil* organizada por Maria Suzana Arrosa Soares, com a contribuição de diversos autores importantes, e *Professor do Ensino Superior: Identidade, Docência e Formação* organizada por Marília Costa Morosini publicada pelo INEP em 2000.

² Por essa afirmação queremos nos referir às profissões que vem ganhando especial destaque nos últimos anos no mercado de trabalho, na sua grande maioria voltadas para o setor de serviços, tais como, empresas voltadas para o comércio eletrônico – o chamado *e-commerce* – bem como para as áreas de turismo e consultorias nos mais variados assuntos que tem nas mídias digitais as principais formas de veiculação de seu trabalho, bem como de sua própria efetivação laboral.

Por fim visamos com este trabalho discutir as principais reflexões sobre a EAD, sobretudo no que concerne a formação inicial e/ou continuada de docentes para os diversos níveis de ensino, apontando essa modalidade como fator crucial, sobretudo para a troca de experiências entre profissionais atuantes no mercado de trabalho, como forma de garantir o desenvolvimento de técnicas mais eficientes, bem como de dinâmicas de ensino-aprendizagem que se adaptem de forma eficiente a realidade em que vivem os estudantes.

Desenvolvimento:

Para compreender e discutir a educação superior no Brasil sob qualquer aspecto é essencial que revisemos inicialmente a história dessa modalidade de ensino em nosso país, que influencias recebeu em sua formação inicial e que influencias são correntes desde o surgimento da educação superior em nosso país até os nossos dias.

O surgimento da educação superior no Brasil é um caso bem atípico em relação aos outros países latino-americanos, enquanto os espanhóis já no século XVI criaram as primeiras Universidades nas suas colônias por meio das comunidades religiosas, sobretudo jesuítas, a elite colonial brasileira para se graduar em Artes, Direito ou Cirurgia ia para a metrópole, sobretudo para a Universidade de Coimbra, comandada pelos jesuítas, fundada para combater a Revolução Protestante que se disseminava na Europa. O máximo que se podia encontrar no Brasil colônia eram cursos preparatórios³ para ingressar nessa Universidade.

A educação superior só passa a ser uma realidade com a vinda da família real para o Brasil. O principal objetivo da instauração de um sistema de formação superior era garantir a educação dos membros da nobreza e da elite colonial, bem como o acesso dos mesmos à cultura, à arte e ao conhecimento científico, e tendo em vista, sobretudo, a solicitação dos comerciantes locais no sentido de ser criada uma Universidade no Brasil, para tanto eles se dispunham a colaborar com uma significativa ajuda financeira. Isso não ocorreu de imediato, em vez disso, de acordo Oliven (2002) Salvador passou a sediar o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia e com a transferência da Corte para a cidade do Rio de Janeiro foram criados nessa cidade Academias Militares, uma Escola de Cirurgia e de Belas Artes, bem como o Jardim Botânico. Com a independência do Brasil em 1822 foram criados dois cursos de direito, em Olinda e em São Paulo e a Escola de

³ Esses cursos recebiam o nome genérico de propedêuticos, ou seja, introdutórios ao conhecimento científico da época.

Minas, na região de Ouro Preto em Minas Gerais, esta última criada em 1832, só veio a funcionar em 1866.

Inicialmente as Faculdades de Direito, Medicina e Politécnica, existentes no Brasil eram cursos independentes uns dos outros, se localizavam nas cidades mais importantes e tinham orientação bastante elitista, com cátedras vitalícias, onde o professor catedrático assumia a disciplina de forma vitalícia e escolhia seus auxiliares e assistentes, seguindo os padrões das grandes Universidades Europeias de então; e em função do elevado critério dessas Universidades não foi criado no Brasil imperial nenhuma universidade, embora tenham sido apresentadas inúmeras propostas⁴, Um dos motivos da não criação de universidades no Brasil:

Isto talvez se deva ao alto conceito da Universidade de Coimbra, o que dificultava a sua substituição por uma instituição do jovem país. Assim sendo, os novos cursos superiores de orientação profissional que se foram estabelecendo no território brasileiro eram vistos como substitutos à universidade. (OLIVEN, 2002. p.32)

O mesmo ocorrerá com a proclamação da República no Brasil, se antes não era criada uma Universidade no Brasil em razão do complexo de inferioridade do país em relação ao Velho Mundo, com a proclamação da República, em 1889, influenciada pelos ideais positivistas, considerava esse modelo de instituição ultrapassado e sem importância para o atendimento das necessidades do novo mundo, sendo primada única e exclusivamente a criação de Faculdades laicas de orientação profissional, nesse período alguns estados tomaram iniciativas no sentido da criação de Universidades, logo em seguidas descontinuadas pelos governantes da República Velha.

A primeira iniciativa importante foi a Escola Politécnica do Rio de Janeiro que ganhou corpo com a criação da Academia Brasileira de Ciências, em 1916 e da Associação Brasileira de Educação (ABE)⁵, em 1924;

⁴ Ao todo 24 propostas entre 1808 e 1839, e durante o reinado do segundo imperador sequer foi criada alguma Faculdade no Brasil.

⁵ Dentre as lutas desse movimento estavam a criação do Ministério da Educação, o que se deu com a Revolução de 1930, e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder criou-se o Ministério da Educação e o primeiro Ministro promulgou o *Estatuto das Universidades Brasileiras*, que vigorou até 1961, o foco do estatuto, entretanto estava na formação profissional e na área de educação, sobretudo na formação de professores para o Ensino Médio, etapa que recebia a considerável preferência do ministro Francisco Campos, de modo que as nascentes Universidades e as Faculdades isoladas assumiam apenas a missão do ensino, deixando de lado a pesquisa e a extensão, enquanto que os membros da Associação tinham em vista a criação de Instituições voltadas principalmente para a pesquisa e extensão.

Dessa forma o Distrito Federal se tornou uma verdadeira arena de disputas entre grupos divergentes que defendiam diferentes projetos de Universidade no Brasil, dentre esses pontos de discordância Oliven (2002, p.34) destaca as críticas “ao papel do governo federal como normatizador do ensino superior; e a atuação da Igreja Católica como formadora do caráter humanista da elite brasileira.” Sobretudo, porque esses grupos se dividiam entre privatistas e governistas, que se referiam a participação dos recursos do estado na distribuição de recursos para as universidades, bem como conservadores, estes defendiam o papel da igreja católica como entidade formadora e moralizadora da sociedade.

Um fato crucial para a história da educação superior no Brasil é a criação da Universidade do Distrito Federal em 1935 por Anísio Teixeira, então diretor de instrução do Distrito Federal, por meio de um decreto municipal, que não alcançando as graças do Governo Federal, foi descontinuada em pouco tempo, em razão de ser um projeto inovador que enfatizava a pesquisa científica, o que não estava de acordo com a proposta do Ministério da educação e saúde.

Anísio Teixeira defendia um ensino público laico, gratuito e para todos, e foi exatamente esse seu posicionamento extremamente liberal que não conseguiu apoio financeiro suficiente para seu projeto, embora tivesse uma excelente equipe. Os cursos da Universidade do Distrito Federal foram transferidos em 1939 para a Universidade do Brasil, nome dado pelo então ministro da educação para a antiga Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920. A Universidade do Brasil idealizada por Augusto Capanema serviu como modelo único para o ensino superior em todo o território nacional.

A partir de 1934 a Igreja Católica manifestou interesse em criar uma Universidade no Brasil, a partir do I Congresso Católico de Educação realizado no Rio de Janeiro, em preparação a isso já havia criado alguns cursos na área de Ciências Humanas a fim de satisfazer objetivos bem claros:

ressocializar as elites brasileiras com base nos princípios ético-religiosos da moral católica. Coube, aos jesuítas, a incumbência de organizar, administrar e orientar pedagogicamente a futura instituição

universitária. Em 1946, satisfeitos os pré-requisitos legais, com o Decreto nº 8.681. de 15/3/46, surgiu a primeira universidade católica do Brasil. No ano seguinte, foi-lhe outorgado, pela Santa Sé, o título de Pontifícia. (OLIVEN, 2002, p.35)

Com o objetivo de defender os valores morais cristãos, que segundo os religiosos eram constantemente ameaçados pelas influências positivistas e liberais, consequentes justamente da separação entre Estado e Igreja com o advento Proclamação da República que proclamava-se um Estado Laico, sendo portanto necessária uma reação da Igreja católica aos ideais do positivismo, do liberalismo e do protestantismo que se disseminavam e influenciaram a proclamação da República do Brasil. A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro se tornou referência para a criação de várias outras instituições de ensino superior católicas em todo o país até a atualidade.

A outra Universidade Brasileira que conseguiu sobreviver apesar de contrariar muitos interesses do Governo Federal foi a Universidade de São Paulo, fruto de um projeto político forte que tinha como meta o desenvolvimento do estado e a superação de dificuldades surgidas com a crise do café e a nova predominância do Rio Grande do Sul no Governo Federal, a USP – Universidade de São Paulo surgiu com uma forte influência, sobretudo, com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que tinha como objetivo unir todas as faculdades isoladas já existentes no Estado, o que não foi fácil, pois os cursos profissionais resistiram por muito tempo à ideia.

A USP contava com um quadro de professores altamente competentes, vindos da Europa, sendo que só a partir da década de 40 do século XX que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras se tornará central para a Universidade, principalmente porque nessa década ocorreu a expansão do ensino médio e esse centro destinou-se principalmente à formação de professores, sem deixar de lado a pesquisa, caso comum nas instituições da rede privada.

Em resumo, temos no período conhecido como República Nova a criação de 22 Universidades Federais, mais 9 Universidades Religiosas, sendo 8 católicas e uma presbiteriana. Até meados dos anos 60 a educação superior não sofreu grandes mudanças, visto que era dominada por catedráticos vitalícios que dominavam os cursos superiores, não abrindo muito espaço para o novo e para a modernização do sistema, entretanto a partir do início dessa década a Universidade brasileira sofreu um choque de vitalidade,

quando a ação acadêmica extravasou o ambiente do campus para atingir a sociedade, o que se deu principalmente com a criação dos CPCs (Centros Populares de Cultura), bem como os congressos da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) que enfatizavam a urgência de uma modernização do Ensino Superior, tornando assim a Universidade mais voltada para a pesquisa.

Com a transferência da capital da República para Brasília se deu a criação da primeira Universidade não formada a partir da união de várias Faculdades pré-existentes, de acordo com Arabela Campos Oliven (2002,p.38) sua estrutura se contrapunha ao modelo tradicional do resto do Brasil, de uma universidade desintegrada e com cursos independentes, mas totalmente integrada e flexível.

Uma mudança realmente radical ocorre somente com o governo dos militares no Brasil, que inicialmente perseguiu professores e comportamentos tidos como “subversivos”, mas em 1968 o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei 5540/68).

Dentre as principais inovações assumidas a partir dessa lei estão a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro da Universidade, bem como o regime de trabalho em tempo integral e dedicação inclusiva para professores de acordo com as atividades desenvolvidas e sua titulação acadêmica, incentivo à pesquisa e a determinação que toda Universidade pública deveria ter obrigatoriamente um terço de seu efetivo de professores com mestrado e/ou doutorado e ao menos um terço de professores com regime de trabalho em tempo integral, isso provocou mudanças não só nas Universidades Públicas, mas também nas da rede privada que procuraram corresponder as exigências para as Universidades públicas de modo a equipararem-se a elas.

De acordo com Oliven (2002, pp39-41) nesse contexto surgiu uma grande preocupação com o progresso econômico, que trouxe consequências positivas para o ensino superior, a liberação de verbas para a formação de pesquisadores de alto nível, sobretudo para os cursos de pós-graduação *strictu sensu*, inicialmente para cursos no exterior e posteriormente para iniciativas nacionais, o surgimento de agências de fomento dos cursos de pós-graduação, como é o caso da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), voltada diretamente a formação dos docentes de nível superior e do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento) voltado para a pesquisa em tecnologia, as universidades públicas se

tornaram o *locus* máximo para o desenvolvimento de pesquisas de alto nível, outro fator foi a desinstitucionalização administrativa dos programas de pós-graduação, permitindo-lhes de forma autônoma a seleção e formação de seus cursos, submetidos exclusivamente a avaliação sistemática da CAPES, iniciado em 1972. Outro fator foi o incentivo a criação de associações de pesquisa, que realizam encontros anuais com fomento governamental, de modo a promover a divulgação das pesquisas que vem sendo realizadas. Outras inovações introduzidas pela Reforma Universitária Neves (2002, p 44) destaca:

- a organização das universidades passou a atender às seguintes características: extinção do antigo sistema de cátedras e introdução da estrutura fundada em departamentos; unidade de patrimônio e administração; estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas; unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e estabelecida a racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos; universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos; flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa.

- o departamento passou a constituir-se na menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, devendo englobar as disciplinas afins. Os cargos e funções de magistério, mesmo os já criados ou providos, devem ser desvinculados de campos específicos de conhecimentos;

- a introdução da matrícula semestral por disciplinas e do sistema de créditos;

m a institucionalização da pós-graduação *stricto sensu*, por meio dos cursos de mestrado e doutorado no país;

- * a instituição do vestibular unificado e classificatório, como forma de racionalizar a oferta de vagas.

Isso promoveu uma grande mudança na organização do Ensino Superior no Brasil, tanto para a rede pública como a rede privada, de modo que a Reforma estrutura os tipos de instituições de Ensino superior:



Imagem 1: Estrutura organizacional e Hierárquica das Instituições de Ensino Superior no Brasil. Fonte: SOARES, Maria Susana Arroza (org.) et al. A Educação Superior no Brasil. Brasília: CAPES, 2002.

No quadro acima, temos descrito os tipos de instituições de ensino superior, cada uma com suas características próprias de acordo com a LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/ 96) que determina as características de cada uma dessas modalidades de instituição de Ensino Superior:

- α) As *Universidades* que são instituições pluridisciplinares e autônomas– no Brasil isso se dá no caso das particulares, já as públicas ainda não conseguiram alcançar essa autonomia, obrigatoriamente possuem 1/3 de professores com mestrado e doutorado e com dedicação integral que exerçam atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- β) As *Universidades especializadas* possuem as mesmas prerrogativas das *Universidades*, com o diferencial de se dedicarem a uma única grande área do saber;
- χ) Os *Centros Universitários* também possuem certa autonomia, mas diferente das *Universidades* não tem a obrigação de desenvolverem atividades de pesquisa e extensão;

δ) As *Instituições não Universitárias*: atuam numa área específica de conhecimento e/ou formação profissional, são compostos pelas Faculdades Integradas, Faculdades, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), pelos Institutos Superiores de Educação e pelos Centros de Educação Tecnológica.

Todos esses modos de instituição de ensino superior (IES) atuam principalmente com o ensino e em alguns casos com pesquisa e extensão, nos últimos anos vem ganhando destaque em nosso país a modalidade de Educação a Distância, que ganhou maior ênfase com a criação da Universidade Aberta do Brasil, que através de convenio com as várias Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil vem ofertando cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento na modalidade a distância.

Tendo compreendido a história da organização do Ensino Superior no Brasil foi possível perceber os principais desafios que se manifestaram ao longo de sua história em nosso país, enfocaremos a seguir propriamente o ensino a distância como meio para a formação de docentes para os vários níveis de ensino, enfocando os seus problemas, desafios e perspectivas próprios dessa modalidade de ensino.

A modalidade da EAD deriva dos cursos por correspondência que se utilizavam, sobretudo de videoaulas ou em áudio e materiais impressos enviados pelo correio. O primeiro desses cursos que se tem registro de acordo com Barros (2003) se deu ainda no século XVIII quando um curso por correspondência foi oferecido por uma Instituição de Boston (EAU), a partir daí diversas instituições pelo mundo aderiram a essa modalidade de ensino, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, já no Brasil essa modalidade de ensino começa a se desenvolver somente no século XX, tendo como foco a formação dos trabalhadores do meio rural sem a necessidade de migrarem para o meio urbano, através de programas radiofônicos, dentre as Instituições que iniciaram essa modalidade de ensino em nosso país estão o Instituto Rádio-Técnico Monitor(1939) e o Instituto Universal Brasileiro(1941).

Na década de 1960 inicia-se a utilização dessa modalidade para a formação de professores através da Associação Brasileira de Tele-educação (ABT) e em 1978 é criado o Telecurso 2000. Um evento marcante foi a implementação em 1979 pela CAPES de uma Pós-Graduação Experimental a Distância visando a formação de professores do interior do país. Atualmente a EAD se utiliza das novas tecnologias da comunicação, tais

como as redes de computadores, que tornam essa modalidade de ensino mais eficiente, minando parcialmente o preconceito⁶ sofrido pela modalidade.

Dentre os principais obstáculos encontrados pela modalidade de ensino estão o preconceito e a centralidade do estudante no processo, que tanto pode ser considerado um ponto positivo, à medida que demanda a necessidade de programação para os estudos de forma autônoma por parte deste, como negativa, pois pode gerar altos níveis de acomodação, o que provoca que altos índices de evasão, em razão da pouca cobrança pessoal que ocorre nessa modalidade.

Outro problema está na própria definição de EAD que a apresenta como instrumento que possibilita o ensino, como meio, Essas definições apontam apenas para o aspecto instrumental, o que denuncia uma visão de educação não como um processo de interação social, mas como um sistema completamente separado da realidade socioeconômica e cultural o que acaba por causar o detrimento de sua essência. A distancia é apenas de caráter físico e geográfico, mas de outro modo à interação social pode ser superior aos ambientes de frequência presencial.

Com os avanços das novas tecnologias da comunicação ocorreu uma incrível expansão da plataforma de conhecimentos científicos, um bom exemplo de acordo com Tedesco (2004) foi o da Biblioteca da Universidade de Harvard que levou 275 anos para juntar o seu primeiro milhão de livros, gastou apenas outros cinco anos para juntar o ultimo milhão de livros e periódicos, outro avanço está no número de periódicos científicos das mais diversas áreas do conhecimento, totalizando mais de 100 mil na atualidade, “calcula-se que o conhecimento levou 1750 anos para se duplicar pela primeira vez, desde o começo da era cristã, para depois voltar a dobrar de volume em 150 anos, 50 anos e agora a cada 5 anos, estimando-se que em 2020 se duplicará a cada 73 dias” (Aplleberry in Tedesco, 2004, p26).

Essa velocidade da informação trouxe mudanças no mercado de trabalho, passando a exigir mais capacitação, trazendo, portanto mudanças também nas formas de ensino e aprendizagem, de modo que ganhou destaque formas de ensino que possibilitam ao individuo um acesso mais rápido ao conhecimento, como é o caso da educação a

⁶ Tem caráter emergencial e não produz um conhecimento aprofundado teórico e prático, constituindo-se numa formação ineficaz, contudo as novas tecnologias da comunicação permitem uma maior interação entre professores e alunos e dos estudantes entre si.

distancia, tanto enquanto formação continuada de profissionais como na sua formação inicial.

Assim para Tedesco (2004) faz-se cada vez mais necessário pensarmos em processos educativos que ultrapassem as instituições de ensino tradicionais, em novos ambientes de aprendizagem, onde a relação presencial professor/aluno seja transcendida. O desafio aqui será o de pensar modelos pedagógicos que sejam realmente transgressores e não reaplicáveis a qualquer situação de aprendizagem.

Dentre as novas perspectivas que se apontam para a Educação a Distancia estão a própria valorização dessa modalidade pelas IES Federais e pelo próprio Ministério da Educação Brasileiro que criou a Secretaria de Educação a Distancia (SEED), a presença de um capítulo destinado à Educação a Distância e tecnologias educacionais no Plano Nacional de Educação já são indicadores que nos permitem afirmar que a Educação a Distancia em nível superior encontra-se em ebulição, quer em nível nacional, através da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996).

De acordo com Luis Henrique Sommer a partir de dados obtidos no portal da UAB em 2010:

Somente no Sistema Universidade Aberta do Brasil (Sistema UAB), que prioriza a formação de professores para a educação básica, há 307 cursos de licenciatura em funcionamento no ano de 2010. Dentro do Sistema UAB, além de formação inicial em diversas licenciaturas, há atualmente oferta de 50 cursos de extensão, 2 sequenciais, 78 bacharelados, 14 na modalidade tecnólogo, 266 especializações e 167 de aperfeiçoamento, nas mais diferentes áreas. (SOMMER, 2010. p.20)

Essa informação demonstra o grande incentivo governamental para essa modalidade de ensino, sobretudo para a formação de professores, ocorrendo também disseminação de diversas instituições pelo país com essa modalidade de ensino para as mais diversas formações. Sommer traça diversas críticas, sobretudo a ABED – Associação Brasileira de Educação a Distancia e suas disputas com o Ministério da Educação no que se refere a algumas instituições em caráter irregular fechadas por este.

A EAD encontra diversos problemas para se estabelecer, porém vem conseguindo ganhar espaço, tanto que:

via-se até recentemente a EaD como uma educação de segunda categoria, a ser utilizada por aqueles que não tiveram oportunidade de uma educação presencial convencional. Com as novas tecnologias, este preconceito não tem mais sentido. A EaD deve ser considerada no contexto da educação em geral, sem subvalorizá-la nem considerá-la a solução para todos os problemas da área. Evidentemente, há uma mudança que é substancial e que é determinante para o sucesso ou fracasso da EaD: a valorização da experiência individual e cultural dos alunos passa a ser fundamental.⁷

O principal elemento da EAD é a valorização do aspecto individual do estudante, sua cultura e seus valores. O próprio Ministério da Educação em 2002 lança um documento que trata da educação a distancia e faz diversas recomendações às instituições de ensino superior sobre a criação e elaboração de projetos de cursos de graduação e pós-graduação a distancia. Segue abaixo algumas dessas orientações:

- Investir em uma visão estratégica unificada e que contemple amplamente todas as condições necessárias para que a EaD se torne uma atividade significativa e efetiva em todos os âmbitos do ensino, garantindo-se a sua integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo.
- Fazer as necessárias alterações normativas internas no sentido de harmonizá-las com o modelo proposto, valendo-se, inclusive, dos princípios da autonomia universitária.
- Levar em conta o momento mais adequado para a oferta.

⁷ <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/conpedi.pdf>. Acesso em 15/03/2012. Esses dados foram obtidos no banco de dados mantido na página do governo eletrônico do Estado de Santa Catarina em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. Acreditamos que a referida contribuição destaca um problema comum a muitos brasileiros que acreditam ser a Educação a Distância uma modalidade de segundo escalão, portanto, de pouco valor. O fator realmente marcante dessa modalidade de ensino-aprendizagem se dá exatamente pela valorização do aluno enquanto indivíduo com determinados valores, fator este, que contribui tanto para o sucesso, que se dá por meio de trocas de experiências de contextos sociais, políticos e educacionais diferentes, como também para o fracasso, denunciado por altos índices de abandono dos cursos nessa modalidade, que tem como fator de risco, a acomodação dos estudantes.

- Iniciar com projetos piloto, utilizando os cursos de extensão e os cursos sequenciais a fim de começar pelo que se conhece melhor, pelo que é mais familiar e de fácil execução.
- Não discriminar a EaD em relação à educação presencial, tanto no que diz respeito à certificação e seu status, quanto ao rigor dos critérios de seleção e avaliação.
- Planejar os custos de implementação e manutenção da graduação a distância. Investir em uma infra-estrutura de apoio adequada para a implementação do ensino a distância, adotando e utilizando tecnologia padrão e de alto nível.
- Preocupação permanente com a qualidade dos recursos educacionais especialmente em relação à comunicação e interatividade entre professor e aluno
- Investir em uma equipe profissional multidisciplinar.
- Estimular e apoiar, nas mais diversas formas, os docentes que quiserem se envolver em EAD. Criar curso interdisciplinar específico para a formação de docentes em EAD.
- Definir claramente a dimensão das turmas.
- Garantir avaliação de qualidade, contínua e abrangente.

Com isso o governo brasileiro procura demonstrar a preocupação que tem com a qualidade do ensino no Brasil, tanto na modalidade a distancia, como presencial, levando em conta a igualdade entre ambas. José Manoel Moran, no capítulo de sua responsabilidade intitulado *A Educação Superior a Distancia no Brasil* na obra *Educação Superior no Brasil* organizado pela professora Maria Suzana Arrosa Soares publicada em 2002 pela CAPES, para demonstrar as razões para o avanço da modalidade de ensino, pois:

As empresas estão buscando processos de capacitação contínua, fazendo parcerias com as melhores universidades. As Secretarias de Educação também procuram estas instituições superiores para convênios e cursos. Os 40 mil alunos matriculados em educação superior a distância (graduação) e o potencial de alunos que pretende inscrever-se em novos cursos fazem prever um rápido crescimento das instituições mais competentes. (MORAN, 2002,p. 252)

Essa é uma perspectiva que se mostra de forma bastante positiva para a educação superior a distancia, sobretudo no que se refere aos cursos de graduação e pós-graduação visando a clientela que já exerce alguma atividade profissional, para os quais os profissionais não tem necessidade de se afastar de sua atividade profissional, mas pode continuar exercendo sua atividade enquanto se aperfeiçoa nos cursos de nível superior,

que se dá geralmente em três tipos de instituições: Nas instituições isoladas (Universidades e faculdades que também atuam com ensino presencial), Associações e consórcios (entre Universidades e outras instituições para oferecer cursos por tempo determinado) e em Instituições exclusivamente virtuais (criadas exclusivamente para educação à distancia). Além disso as Universidades vem incentivando a utilização da internet e de plataformas *online* para a execução de disciplinas comuns a vários cursos de modo a atender um maior numero de alunos, visto que até vinte por cento (20%) da carga horária dos cursos superiores podem ocorrer na modalidade a distancia, de acordo com a portaria nº 2.253 do MEC de 18/10/2001.

Diante disso o Ministério da educação vem oferecendo um acompanhamento e fiscalização das instituições de ensino superior a distancia, sobretudo visando a garantia de uma formação de qualidade para os diversos profissionais que dispõem de cursos nessa modalidade, disponibilizando uma lista com todas as instituições credenciadas e os cursos autorizados que se encontra acessível no portal do Ministério da educação: www.mec.gov.br.

Considerações Finais:

Com esse trabalho nos foi possível, não de forma definitiva, mas de modo a despertar reflexões que tenham como resultado um melhor desenvolvimento da educação em nosso país, refletir sobre o desenvolvimento da educação superior e perceber alguns dos principais problemas encontrados para a formação de professores, tais como a distancia da grande maioria das grandes Universidades e a perspectiva que se mostra para sua formação através da Educação a Distancia, que tem como foco oferecer através de ambientes virtuais de aprendizagem, meios para que o aluno, não só tome conhecimento, mas se torne um individuo autônomo em relação a seu aprendizado, como também desenvolva o interesse pela pesquisa e troca de experiências com colegas que partilham de realidades diferentes, possibilitando assim um enriquecimento do currículo pela carga de experiência de cada estudante.

O que se aponta no horizonte é exatamente o crescimento desse modelo de ensino, sobretudo quando vislumbramos a velocidade com que as Instituições vem se replanejando para atender cada vez melhor a esse publico, exigência essa, não só por parte do ministério da educação, mas sobretudo uma exigência de mercado, e isso se mostra

não só pelo crescimento do número de matrículas nos cursos de graduação e pós-graduação a distância, mas também na elevação dos índices no Sistema de Avaliação da Educação Superior, o que vem demonstrando a capacidade de desenvolvimento e adaptação às exigências dessa nova clientela do sistema educativo, formada em geral por pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho, ou mesmo que estão em cidades mais distantes dos grandes polos urbanos. Vislumbramos por fim o que garante a Constituição de 1988, que a educação é um direito de todos e seu acesso está, cada dia mais, se tornando mais democrático.

Referências

- BARROS, D. M. V. **Educação a Distância e o Universo do Trabalho**. Bauru: EUDSC, 2003.
- BRUNNER, José Joaquín. Educação no Encontro com as Novas Tecnologias. In TEDESCO, J.C. **Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo. Cortez. Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de La Educacion; Brasília: Unesco, 2004. pp.17 – 76.,
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Conae). **Documento final: construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e estratégias de Ação**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf>, <<http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/interno/arquivo/id/16100>>. Acesso em: 1º jul. 2011.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (org.) et al. **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002.
- SOMMER, Luis Henrique. (org). Educação a distância e formação de professores: problemas, perspectivas e possibilidades in. **Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. v. 23, n. 84, (nov. 2010-). – Brasília : O Instituto, 1981- 2010.
- TEDESCO, Juan Carlos (org) et al. **Educação e Novas tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo. Cortez. Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de La Educacion; Brasília: Unesco, 2004.